



ARTIGOS



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

Bianka Andressa de Oliveira Medeiros, *Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*

Dafne Ferreira Cavalcante, *Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*

Alvaro Micael Duarte Fonseca, *Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*

Rafaella Cristina Tavares Belo, *Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*

José Antonio da Silva Junior, *Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*

Ellany Gurgel Cosme do Nascimento, *Universidade Estadual do Rio Grande do Norte*

Resumo. A separação entre sexo e gênero, materializada pela noção de identidade de gênero, foi crucial para estabelecer as necessidades das pessoas trans. No entanto, vê-se ainda a influência da matriz cisnormativa. Partindo dessa premissa, esse estudo, enquanto pesquisa qualitativa, teve por objetivo aprofundar o conhecimento e o entendimento dos aspectos individuais, sobretudo, sociais, ligados ao processo de transição identitária deste público, para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva. Foram entrevistadas 14 participantes residentes no município de Mossoró/RN. Encontraram-se 4 categorias de análise: As fortificações da história e do apoio e, direitos básicos perdidos, religião e relacionamentos afetivos. Assim, foi discutido as consequências da imposição da heteronormatividade e do binarismo de gênero na população trans.

PALAVRAS-CHAVE: Binarismo de gênero. Cisnormatividade. Identidade de gênero. Transgênero. Transexual.



Introdução

As noções e definições de gênero denotam que este não inclui somente ideais ligados ao sexo genital, mas tem, sobretudo, relação com a cultura, alicerçada na psicologia, sociologia e toda a vivência do indivíduo desde o nascimento. Assim, o gênero, que antes era compreendido em uma perspectiva naturalista/essencialista, passa a ser socialmente construído (PISCITELLI, 2009).

A concepção de gênero tem tido a necessidade de passar por reformulações para incluir a pluralidade dos sujeitos, sobretudo, os que são marginalizados e oprimidos. Nesse sentido, a separação entre sexo e gênero, materializada pela noção de identidade de gênero, foi crucial para a incorporação das necessidades de travestis e transexuais, compreendidos como indivíduos que possuem o sentimento de não pertencimento ao seu sexo biológico (MEYEROWITZ, 2002).

No entanto, se por um lado a constituição da identidade de gênero foi essencial para o reconhecimento das vivências trans, por outro, nota-se ainda a influência da matriz cisnormativa, isto é, impondo padrão de reconhecimento e legitimidade, que pressupõe coerência entre sexo e gênero e patologiza identidades e corpos fora das normas cis e binárias, sendo aqueles que se não identificam com o sexo de nascimento e/ou gênero atribuído socialmente (GOMES; FACCHICI; MENEGHEL, 2018). Embora a diretriz clínica internacional atual seja mais flexível, no Brasil, apesar do posicionamento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da Resolução 01/2018, a assistência médica às pessoas trans ainda é patologizada e centrada em um diagnóstico de Transtorno de Identidade Sexual (AMARAL, 2011).

É de grande conhecimento que a discriminação e preconceito que as pessoas trans sofrem são causadores de grandes dificuldades na vida desses indivíduos, em todos os espaços de convivência, e não seria diferente nos espaços de educação, sendo, inclusive, incomum a cena de um trans que concluiu o ensino superior (OLIVEIRA, 2018). Em meio a esse processo de naturalização da marginalização das pessoas trans, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) registrou um número recorde de 175 casos de assassinatos em 2020 contra essa parcela da população (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021).

Nesse contexto, tendo em vista a importância dessas discussões acerca do tema e da condição atual da pessoa trans, este estudo teve por



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

objetivo aprofundar o conhecimento e o entendimento dos aspectos individuais e, também, sociais, ligados ao processo de construção e aceitação da identidade desse público.

Método

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, realizada no município de Mossoró, Rio Grande do Norte. O público-alvo deste estudo foram pessoas transgênero (homens e mulheres transexuais, travestis e pessoas não binárias) acima de 18 anos, residentes da cidade de Mossoró/RN. Os primeiros participantes da pesquisa foram usuários da linha de cuidado à população LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e demais orientações sexuais e identidades de gênero) vinculados a Residência Multiprofissional em Atenção Básica, Saúde da Família e Comunidade, em parceria com a Prefeitura Municipal de Mossoró/RN.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, com foco nas experiências vividas pelos transgêneros, o instrumento de coleta de dados consistiu em uma entrevista composta por questionário sociodemográfico (idade, gênero, estado civil, escolaridade, trabalho e moradia) e sete perguntas abertas sobre aspectos gerais da constituição da identidade transgênero, das quais surgiram as categorias e subcategorias trazidas nos resultados e discussão.

A coleta de dados foi realizada entre junho e agosto de 2020 por meio do Google Meet e vídeo chamada do WhatsApp. A técnica de amostragem utilizada *snowball sampling* (bola de neve) possibilitou que cada entrevistado indicasse alguém de sua rede social a participar do estudo. As entrevistas realizadas tiveram duração média de 40 minutos cada.

Após realização das entrevistas, sucederam-se as transcrições e estudo dos dados obtidos. A técnica de análise utilizada, hermenêutico-dialética, permitiu a interpretação dos sentidos que os sujeitos externaram através de seus discursos, assim como viabilizou a compreensão das contradições presentes nas falas dos sujeitos mediante contexto histórico e cultural de cada um.

Para garantir o anonimato, os participantes da pesquisa foram identificados por nomes de flores nordestinas, evidenciando simbolicamente a semelhança presente entre essa parte do país e o público



estudado, ambos emanando beleza natural mesmo diante das dificuldades.

As falas foram ouvidas (gravações) e lidas (transcrições) individualmente diversas vezes, em um processo de imersão para compreensão do sentido das narrativas, propiciando o processo de agrupamento das falas em duas categorias de análise: As fortificações da história e do apoio e Direitos básicos perdidos. Cada eixo temático apresentado possui subeixos que serão explanados na parte de resultados e discussões.

Cabe ressaltar que a pesquisa foi analisada pelo Comitê de Ética em pesquisa da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (CEP-UERN), aprovada em 19 de junho de 2020, CAAE N° 29262520.0.0000.5294, com parecer de N° 4.097.440 seguindo todas as recomendações da resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Resultados

Participaram desta pesquisa quatorze sujeitos, estes que possuíam entre 19 e 30 anos, solteiros, sendo duas mulheres transexuais, três travestis, oito homens transexuais, e uma pessoa não-binária. No tocante à escolaridade, duas concluíram o ensino superior, nove cursam ensino superior, uma concluiu o ensino médio e duas possuem ensino médio incompleto.

Outrossim, seis destes estavam desempregados, apenas um contratado via Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), três estavam como bolsistas de universidades e quatro trabalhando informalmente.

A partir da análise realizada, foram construídas categorias, e estas foram divididas em subcategorias.

As fortificações da história e do apoio

A primeira categoria de análise explica como é a importância da história, da representatividade e do reconhecimento das pessoas trans no meio em que vivem como fonte de apoio.

1) Representatividade e Rede de Apoio na Construção da Identidade Trans.



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

Essa subcategoria apresenta a vivência de cada entrevistado no processo de aceitação diante de familiares, amigos e sociedade.

“Antes de eu me identificar como uma travesti, eu me identificava como uma não binária... Só que minha avó não entende o que é não binária, eu dizia: vó eu sou não binária! Ela não sabia o que é isso... aí foi quando eu fui começar a pesquisar mais um pouco, e eu vi que tipo para poder me entender eu tinha que fazer que as pessoas me entendessem também, e a única pessoa que eu queria que me entendesse era minha avó de fato, né? Minha avó entendendo assim as demandas do meu corpo, da minha vida, já era alguma coisa. Então, para ela, quando me posicionei: vó sou uma pessoa trans, sou travesti” (CACTO)

“Quando eu nasci, minha mãe ela colocou o meu quarto era todo verde e amarelo, não era nem azul, nem rosa, entendeu? Minha mãe nunca me impediu de, sei lá, brincar com... de correr no meio da rua e, sei lá, ralar o meu joelho e de brincar de boneca, sabe? Então coisas que eu conversei com outras pessoas Trans e pessoas CIS também, e que era violento, e eu não passei, sabe? E, talvez... na verdade, eu sei que isso me ajudou muito a demorar um pouco o meu processo de esclarecimento porque enquanto criança eu era visto como criança, sabe? Eu era tratado como criança, independente de gênero” (MANDACARU)

2) A importância das histórias de vidas trans como exemplo e fonte de informação

Essa segunda subcategoria aborda o contato com pessoas que passaram pelo mesmo processo de transição identitária, como forma de procurar entendimento e mais informações de um assunto ainda pouco acessível e com poucas referências com imagem pública no Brasil.

“Quando eu realmente tive a oportunidade de conhecer uma pessoa que também era e essa pessoa sentou comigo, conversou, me explicou, e aí foi quando eu fiz: não, é isso aqui mesmo, agora eu entendo” (JUAZEIRO)

“Então foi um período bastante conturbado pela questão da falta de informação, da falta de apoio, da falta de acesso a referências que são muito poucas referências de pessoas, histórias. É, todo esse contexto, mas aí foi na base da pesquisa, pesquisa própria do autoconhecimento, procurei pessoas trans da cidade para conversar, pra ver se a experiência delas batiam com a minha e, chegou o momento que eu



entendi que era aquilo, e só faltava agora um pontapé inicial ou a própria negação” (UMBUZEIRO)

“Sim, porque nessa mesma época foi quando a televisão mesmo começou a tratar sobre, sobre questões trans, porque eu lembro que foi em 2014, é, teve um rapaz, um menino, que hoje é um rapaz trans né, que é o Tarso e ele apareceu na TV e foi, foi aquele estereótipo todo né, há é uma mulher, mas não é mulher que parece um homem e tal, e quando eu vi aquilo, acho que foi o primeiro momento assim, quando eu vi eu fiquei assim, meu Deus é possível! É possível isso, o que eu sempre coisei é possível” (JUAZEIRO)

3) Movimentos Sociais

Esta subcategoria apresenta a relevância dos movimentos sociais e espaços organizados no processo de empoderamento e conquista de direitos das pessoas trans.

“E, foi dentro do próprio movimento LGBT onde eu me transformei, quando a minha mente se adequou aquilo que eu era e, eu disse: não, eu não vou mais a partir de hoje aceitar que ninguém me chame pelo nome masculino, meu nome hoje vai ser (identidade preservada), e vou botar na justiça. Foi quando eu consegui, é, mudar os documentos” (CARNAÚBA)

“Foi por volta dos 19, 20 porque foi quando já tava na faculdade, eu já conhecia outras travestis, eu já tinha ido pra espaços organizados, espaços sobre gênero, enfim. Foi quando eu comecei, de fato, a me empoderar do movimento e me sentir acolhida né, porque até então eu tinha muito medo. Achava que poderia estar ocupando espaço de fala de alguém. Eu sei lá, minha vivência não fosse válida. Só que aí outras pessoas travestis começam a conviver com elas e você entende que toda vivência é válida, né?” (CACTO)

4) Nome social e Retificação

Essa subcategoria evidencia a vulnerabilidade social de travestis, transexuais e transgêneros, que precisaram lutar cotidianamente por políticas de reconhecimento de sua identidade de gênero, como o uso do nome social e retificação de nome e gênero.

“Me identifico como uma mulher trans, me identifico como uma mulher que, independente de ter feito operação ou não, tenho meus



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

documentos perante a lei [...]. É uma grande importância, assim, é um sonho que a gente tava procurando. Para mim, é uma coisa que, que não foi só gratificante, como já era pra ter acontecido já a bastante ano, desde o momento que eu me transformei como uma mulher trans” (CARNAÚBA)

“Eu simplesmente peguei minha identidade, peguei minha certidão de nascimento e disse: olhe, eu não tô pedindo, eu tô exigindo respeito. Perante a legislação, perante a cidadania, eu sou um homem. Eu não tô falando com o nome social não. Eu tô falando como homem retificado, então tá aqui minha documentação então, só exijo respeito. Quem faltar o respeito contra mim, eu não vou mentir, eu cheguei a um limite, que eu chamo a polícia. Eu cheguei a um limite de abrir processo. Por que essa sociedade só vai mudar se for assim. Então ela só muda se for no puxarranco, se for onde pesa no bolso, digamos assim” (AROEIRA)

5) Passabilidade

Essa subcategoria reflete o estereótipo de gênero criado pela sociedade para aceitar as pessoas trans dentro de um padrão de cisgeneridade.

“Hoje eu não enfrento, eu acho que eu não enfrentei nenhuma dificuldade porque eu tenho, eu consegui uma coisa que há muito tempo muitas pessoas trans querem né? Que é a questão da passabilidade[...], já tem um tempo que eu retifiquei meus documentos, eu tenho uma passabilidade boa, digamos assim. Então, eu vejo que hoje dificilmente eu vou enfrentar algum preconceito por ser trans, porque... só se eu falar, só se eu chegar e falar: eu sou trans” (JUAZEIRO)

“Pelo simples critério de passabilidade né, que hoje em dia eu tenho devido a hormonização, devido a fatores de privilégio de raça, enfim. Hoje eu não sinto tanto como as meninas que não são passáveis sofrem. E, mesmo a gente sabendo que a passabilidade ela é um conceito completamente falacioso, porque uma vez que essa passabilidade é destruída por algum motivo, seja por porque alguém cochichou no ouvido do outro, seja porque alguém percebeu o gogó, ou percebeu um pelo no rosto, essa passabilidade ela cai e a transfobia se revela naquele mesmo momento” (UMBUZEIRO)

Direitos básicos violados

A segunda categoria de análise propõe discutir acerca das dificuldades e preconceitos que o referido público vivencia em várias



instâncias, seja no acesso à saúde, ao ensino, ao mercado de trabalho, à aceitação da família e do impasse com a religião, além das incertezas nos relacionamentos afetivos.

1) Acesso à saúde

Essa subcategoria reflete o despreparo do sistema de saúde do país, o Sistema Único de Saúde (SUS), em atender o público trans, somado à dificuldade de acesso às informações e aos tratamentos ofertados, tais como, a terapia hormonal.

“Aí eu queria, é, frisar que foi isso aí que cortou a minha transformação e gênero em começar pelos hormônios que eu tinha medo porque a gente não tem um endocrinologista, na época; na minha época não tinha, só tinha uma médica que ela atendia pela área pública e tudo que é privado se torna um pouco mais caro, às vezes, né? então pelo SUS só tinha uma médica em Mossoró que atendia, e ela era inexperiente, ela dizia que eu era a primeira trans que ela tava consultando” (CARNAÚBA)

“O primeiro momento constrangedor, o cartão do SUS, que ainda tava com o nome antigo, eu ainda não tinha alterado, e a identidade tava com meu nome. E aí, quando chegou lá na recepção, eu informei e tal, e aí foi bem embaraçoso. As pessoas não sabiam como falar, e aí uma mulher chegou e falou assim: olha, você não precisa trazer o cartão do SUS, só entrega sua identidade, pela identidade dá pra puxar, mas o recomendado é que você faça a alteração do cartão do SUS” (CAROÁ)

2) Acesso ao ensino

Com essa subcategoria, percebe-se como o espaço escolar reflete a exclusão vivenciada por este público, sobretudo, no ensino superior.

“Essa questão de ser a primeira trans em um ambiente tão grande chama atenção das pessoas, todo mundo fica sabendo. Ah, eu sou a primeira trans dentro de uma universidade, sou a primeira trans do TRT, sou a primeira trans dentro do Tribunal de Justiça, a nível Estadual. Então, são coisas que chamam atenção, e as pessoas realmente ficam sabendo e, assim, essas pessoas que sabem, apesar de não ser uma transfobia falada, nós percebemos, né? Certos tipos de comportamentos que nos atravessam, assim como não são ditos, não são verbalizados, externalizados e a gente não pode fazer muita coisa sobre” (UMBUZEIRO)



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

3) Família

Essa subcategoria retrata as dificuldades vivenciadas por pessoas transgêneros durante seu processo de transição identitária dentro do contexto familiar.

“Por já ter conversado com ela em relação à orientação sexual, eu achava que ia ser menos complicado, só que, na verdade, não foi. Foi difícil, foi muito difícil e meu pai ele sempre foi aquela pessoa que meio que implicava com tudo, em relação a cabelo, em relação a aparência, em relação ao modo de agir, então pra ele, foi uma adaptação assim, o tempo de adaptação um pouco maior, sendo que infelizmente a gente também acabou perdendo um pouco mais de contato porque a gente sempre teve um relacionamento conturbado” (PALMA)

“Sempre foi minha mãe e eu, né? Então ela me acolheu. No início, foi um pouco complicado porque ela não entendia algumas coisas, né? Com relação ao resto da família ainda é complicado até hoje em dia, porque existe a negativa do pronome, a negativa do nome social, são coisas que infelizmente eu percebo hoje em dia. A visão que eu tenho é que não vão mudar porque me parece que a família, por não sei se, por conhecer desde sempre, ou por uma questão de, da própria contextualização do que é ser família, são as pessoas que mais possuem dificuldade na aceitação da transição, né? Aceitação do nome social, do pronome feminino... os momentos de convivência familiar existem, né? E os momentos de transfobia passam a existir nesses momentos de convivência familiar.” (UMBUZEIRO)

4) Respeito à geração familiar

Essa subcategoria apresenta o receio do não entendimento e da não aceitação acerca da transgeneridade por aqueles sujeitos com mais idade.

“Pessoas mais velhas, tipo meus avós, meus tios, não é uma coisa que eu cobro deles, sabe? Por mim, tá tranquilo assim... no caso das pessoas mais velhas, da minha família, por exemplo. Não é uma coisa que eu espero que, por exemplo, meus avós entendam, ou, na verdade eles entendem, né? Não espero que seja uma coisa que mudem no comportamento deles, sabe? Eles já se acostumaram, não são habituados a essas questões de gênero como a gente tá hoje em dia, por exemplo. Então, não é uma coisa que eu espero muito deles, apesar de que eu acho que esse papo de: há as pessoas mais velhas que não vão entender, não é bem por aí, você não pode generalizar assim, tô falando do meu caso, dos meus avós. Eu não cobro deles, mas eu sei



que muita gente mais velha entende, sabe? Não teria problema com isso” (XIQUE-XIQUE)

“Assim, eu me senti no direito, no dever também de chegar para minhas duas avós e dizer: olha, a partir de agora, eu sou Pedro e é dessa forma que eu quero ser tratado. Então, assim, uma reagiu super bem, outra reagiu super mal” (CAROÁ)

5) Mercado de trabalho

Essa subcategoria reflete a dificuldade das pessoas trans de ingressarem no mercado de trabalho, devido às oportunidades escassas e à transfobia.

“Eu acho que pra maioria das pessoas trans, a gente fica com essa dúvida: eu coloco meu nome social no currículo? Eu me apresento como trans? Eu preciso dizer? Sabe? Ficar em dúvida se você precisa explicar. Então, às vezes, tem muita vaga de emprego que a gente nem, nem se submete, sabe? Por vergonha e tudo por não saber como agir, mas, no meu caso, esse último emprego que eu tava foi que eu entrei numa seleção pra pessoas trans. O hotel abriu uma vaga para recepcionista trans” (XIQUE-XIQUE)

“Recentemente distribuí currículo, e é muito difícil, muito difícil. Eu e uma amiga passamos em três empresas juntas, tipo assim, de deixar currículo. Ela foi chamada em duas, e eu não fui em nenhuma. Eu tenho qualificações técnicas, eu tenho um currículo até extenso, assim, de cursos e tudo mais, mas ela foi chamada e eu não” (ANJICO)

Religião

Nesta categoria, percebe-se a influência da religião no processo de aceitação social da transgeneridade, sendo, muitas vezes, palco de conflitos internos e externos do público trans.

“Lembre-se que meu pai é da igreja, então note que você juntar religião com orientação sexual ou transição é, é um tabu, né? Para ele, Deus ama todos, mas não aceita os diferentes, entendeu? [...]. O tabu foi isso, foi a religião na minha transição, alguns parentes na época não eram, eram católicos e, de repente, eles ficaram evangélicos e aí foi quando a pressão psicológica começou. Ah, Deus te ama, mas ele não aceita” (CARNAÚBA)



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

“Tinha a parte religiosa ainda, eu tinha acreditado, ficava me questionando pra Deus porque eu nasci assim pedindo pra não ser isso e pedindo pra isso passar; toda essa parte, de não sentir atração, e de não querer transicionar” (JUREMA)

Relacionamentos afetivos

Essa subcategoria apresenta a frustração das pessoas trans em estabelecerem relações amorosas, o que gera sentimentos constantes de insegurança e medo:

“Muitas vezes a gente fica pensando: nossa, meu Deus, não vou conseguir isso por causa que o simples fato de eu ser trans. Eu fico muito com essa parte ainda, às vezes, eu digo: não tem nada a ver. Às vezes, a gente fala em relacionamento, aí eu falo: amiga normal, acontece com as pessoas cis também, entendeu?” (JUREMA)

Discussão

1) Representatividade e Rede de Apoio na Construção da Identidade Trans

Uma das maiores dificuldades das pessoas trans seria o enfrentamento da estereotipia de gênero, do preconceito e do estigma relacionados com a condição do indivíduo considerado desviante em sua sexualidade. Nesse sentido, como colocado pela fala de Cacto, vê-se sobretudo o receio e o embaraço em explicar às pessoas ao redor sobre sua identificação de gênero e tal situação, muitas vezes, traz repercussões negativas na identidade desse grupo, haja vista que muitos querem ser reconhecidos como mulheres (no caso de trans femininas) e homens (no caso de trans masculinos) (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2018).

Ademais, é válido ressaltar que a construção da identidade de gênero não acontece de maneira rápida e simples, considerando que requer tempo e que ocorre de maneira ininterrupta. Nesse sentido, desde a socialização primária, são construídas as estruturas das primeiras disposições duráveis, nomeadas por Bordieu, em 1982, de “*habitus*”, e



que essas disposições, alinhadas com as produções dos gêneros, seriam consolidadas pelas instituições familiares, escolares e religiosas, responsáveis pelo processo de reprodução de verdades (BENTO, 2021). Assim, como mostrado pela fala de um dos entrevistados, percebe-se que seu ambiente familiar contribuiu na produção do seu gênero, por não estar ancorado em algumas vivências de castigos físicos, psicológicos e repressões durante a sua infância e adolescência, diferente de muitas outras famílias que criam o ideal regulador de gênero, impondo maneiras de pensar, falar e agir segundo o binarismo, ou seja, por via da identificação exclusiva como homem ou mulher (MORERA; PADILHA, 2017).

2) A Importância das Histórias de Vidas Trans como exemplo e fonte de informação

O estabelecimento e a consolidação de relações que carregam um caráter de apoio geram a interação com outros grupos que acabam formando uma rede (PALUDO; KOLLER, 2004). Nesse contexto, uma rede de apoio social pode ser conceituada como um conjunto de relações próximas e com significado que representam assistência ofertada pelos indivíduos, advindo de recursos pessoais, institucionais ou profissionais (COSTA, 2009).

No entanto, quando se refere à transexualidade e à tranvestilidade, é fato que é necessário trabalhar com a ideia de uma rede de apoio social enfraquecida e marcada pelo preconceito. Nessa conjuntura, nota-se que, nos relatos dos entrevistados, evidencia-se a importância do contato destes com pessoas que possuem uma história em comum ou semelhante, pois espera-se que, da rede de apoio social, entre aquelas pessoas do convívio, haja companhia, suporte e que estes sejam fonte de recursos materiais e de serviços (SOARES et al., 2011).

Outrossim, é por meio de outras histórias de vidas, que se torna possível entender que existem várias formas de resistir e existir entre o binarismo essencialista de gênero. Logo, a construção do cuidado de si acontece mediante os significados que sustentam às suas experiências, às negociações consigo mesmas e com as pessoas ao redor, bem como a maneira que escolhem vivenciar a transexualidade (OLIVEIRA; ROMANINI, 2019).

Apesar desses ganhos pela proximidade com pares e redes, sublinha-se a existência da retenção de pautas instrumentadas por elites políticas, sociais e econômicas a proveito de seus interesses particulares



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

e não dos sujeitos em situações de vulnerabilidade em que tais elites declaram representar. Assim, a representação manifestada e defendida pela elite pode expressar uma intenção de controle e/ou de distanciamento dos objetivos buscados pela população trans levando, provavelmente, a uma simplificação dos seus valores de base, afetando diretamente a vida dessa população (TAIWO, 2021).

3) Movimentos Sociais

Com o avanço do movimento trans, há a necessidade permanente da luta pelos direitos humanos, sobretudo, pelo fato de que, apesar de muitos direitos reivindicados estarem previstos na Constituição de 1988, aparentemente não é o que se observa acontecer, dada a invisibilidade e objeção que esse público sofre em não conseguir acessá-los (LINS; MESQUITA, 2020).

Diante da situação, os movimentos sociais da população trans trabalham com temas fronteiriços, que recebem pouca visibilidade e atenção do Estado. Cita-se, por exemplo, enquanto o movimento LGBTQIA+ contribui para a reflexão sobre as vivências da sexualidade, questionando e desconstruindo binarismos rígidos, denunciam violências e reivindicam igualdade de direitos no mundo e no Brasil (LIONÇO, 2008). O Movimento Transgênero surge, no final do século XX, como um desdobramento do movimento supracitado e mobiliza recursos para provocar mudanças políticas e jurídicas na sociedade, além de colocar em discussão a despatologização da transexualidade (ANDERSON; HERR, 2007).

Assim, como citado pelos entrevistados, tais movimentos são responsáveis por acolher as multiplicidades dos sujeitos ditos não-pertencentes ou não-reconhecidos pela sociedade, sendo que as vivências destes sujeitos se constituem no papel central para a construção de demandas coletivas, tal como a cidadania (OLIVEIRA, 2017).

Todavia, é importante observar alguns entraves percebidos nas atuações dos movimentos sociais, enxergando as influências ocorridas por atores sociais que se destacam nessa concentração, como a mídia tradicional, comunicação, organizações, dentre outros; compreendendo que intrinsecamente vinculados às classes dominantes, logo, a postura destas serão condicionados aos seus interesses particulares, minimizando as questões teoricamente defendidas (VIEIRA, 2015; ABERS, SILVA; TATAGIBA, 2018). Como é dito por Vieira (2015, p. 39),



“quando a mídia tradicional noticia sobre os movimentos sociais [...], realiza os devidos recortes ou ajusta os focos para que a informação enquadre-se nas definições ideológicas defendidas”.

4) Nome social e retificação

Entre as políticas públicas conquistadas ou visadas pelos movimentos sociais trans, destaca-se o nome social, reivindicação que sempre esteve em pauta.

É a partir de 2018 que passa a se existir o direito de autodeterminação do próprio gênero, sendo uma expressão do princípio livre do desenvolvimento da personalidade (HATJE; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2019). Direito este que foi conquistado diante de lutas durante anos, em que foram levantadas várias figuras políticas se opondo ao direito referido. Houve tentativas persistentes da bancada evangélica presente neste período em impedir tais avanços. Cita-se, como exemplo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 395/2016, apresentado por 30 deputados, indo contra o Decreto 8.727, de 28 de abril de 2016, o qual aborda a aceitação do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (PESSOA, 2015; BRASIL, 2016).

Sabe-se que, no Brasil, ainda não existe uma legislação específica com relação às demandas relacionadas com a identidade de gênero, assim, o que é ofertado é a possibilidade de cirurgia de redesignação sexual e, atualmente, é possível realizar a alteração do nome e gênero das pessoas trans, sem a necessidade de intervenções cirúrgicas (HATJE; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2019).

No entanto, a coerência entre sexo, gênero e sexualidade culturalmente construída delimita quais comportamentos são socialmente aceitáveis para homens e mulheres e, não raro, tal situação acaba por induzir o desejo, nos indivíduos transgêneros, de equivalência entre sexo e gênero e um nome que seja socialmente coerente (HATJE; RIBEIRO; MAGALHÃES, 2019). É comum esta população vivenciar obstáculos no reconhecimento deste direito e, assim, como relatado por um dos participantes da entrevista, ainda há tentativas de reprimir a visibilidade e o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos, sendo, muitas vezes, expressados pela sociedade (GÓIS; TEIXEIRA; MEDEIROS, 2020).



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

5) Passabilidade

Em meio a esse contexto de reconhecimento, os entrevistados discursam sobre a passabilidade, esta que significa a capacidade do sujeito passar-se de cisgênero para a sociedade, como é dito em “perder-se na multidão”, isto é, o reconhecimento de um corpo que, apesar de trans, é lido como não-trans, permitindo escapar da leitura social e de determinadas violências dirigidas aos sujeitos que possuem corpos fora da matriz cisnormativa (PONTES; SILVA, 2018).

Concomitantemente, os entrevistados questionam a existência da passabilidade, nomeando-a como algo “falacioso”, o que demonstra as contradições existentes na passabilidade. Se por um lado ela representa uma “esquiva” da violência e do preconceito, por outro ela apresenta a ideia de natureza na lógica binária, ou seja, a cisgeneridade como a normatividade da sociedade, a qual impõe a identificação do sujeito com o seu gênero de nascimento (DUQUE, 2020).

6) Acesso à saúde

Não diferente das outras situações de discriminação já citadas, na área da saúde as dificuldades de reconhecimento e respeito ocorrem constantemente, como trazido pelos entrevistados. Apesar do Ministério da Saúde ter lançado, em 2011, a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, por meio da portaria nº 2.836, que normatizou o direito ao uso do nome social de travestis e transexuais no SUS (BRASIL, 2013), vê-se que essas normativas não são inteiramente acolhidas pelos profissionais da saúde, o que dificulta a garantia de acesso universal à saúde pelos pacientes trans (ROCON et al., 2016).

Além disso, alguns estudos relatam a recusa de alguns estabelecimentos em atender pacientes trans, o desrespeito à identidade de gênero durante a internação hospitalar e, conseqüentemente, a resistência destas pessoas em procurar os serviços de saúde devido ao descaso e preconceito (MULLER; KNAUTH, 2008), sendo o público que mais apresenta dificuldades na busca pelos atendimentos de saúde, tanto pelas demandas específicas quanto pelos serviços transexualizadores (MELLO et al., 2011).

Ademais, a prática clínica, em geral, tem sido pautada na psiquiatrização da transexualidade, que a considera um “transtorno de identidade de gênero”, o que reforça a exclusão social, tendo em vista o seu caráter patologizante (ARÁN; MURTA; 2009).



7) Acesso ao ensino

No que diz respeito ao ensino, a população trans frequentemente não consegue ter acesso às oportunidades educacionais, em consequência da discriminação e, em muitos casos, da violência, gerando impacto nos níveis de escolaridade, uma vez que muitos desses indivíduos evadem ou são expulsos (SILVA; CERQUEIRA-SANTOS, 2018). Outrossim, um estudo feito com pessoa trans mostra que a maioria dos entrevistados terminou o ensino médio em um tempo acima do padrão relativa à faixa etária, o que foi atribuído como causa o estilo de vida que levavam como sendo incompatível com a rotina escolar, por exemplo, a prostituição (SCOTE; GARCIA, 2020).

Dessa maneira, os contratempos do ensino fundamental e médio impactam na decisão de muitos sujeitos trans em darem seguimento aos estudos, o que provoca a ausência destes nos ambientes universitários, assim como retrata o entrevistado dessa pesquisa. Outrossim, as dificuldades de acesso à universidade vão desde pagar matrícula, moradia, alimentação e, ainda, a relação com os discentes e docentes/funcionários. Somado a isso, têm-se casos de expulsão pelo uso de banheiros, compreendendo que esses espaços são potentes em causar constrangimentos, aversões e outras formas de agressões (SCOTE; GARCIA, 2020).

8) Família

Notoriamente, os contextos familiares têm grande influência no desenvolvimento e bem-estar desta população, e o momento da revelação para os familiares pode desencadear diversas reações e sentimentos em ambas as partes (SANSFAÇON et al., 2019). Na literatura, estudos indicam que há diferenças na forma de reagir entre a mãe e o pai, havendo a propensão das mães reagirem mais positivamente (ARRESTO; WEISMAN, 2001), assim como aconteceu nos relatos dos entrevistados.

Os familiares possuem expectativas previamente construídas, consoante ao sexo atribuído a nascença, tendo, muitas vezes, o sentimento de perda ao receberem a revelação (COOLHART; RITENOUR; GRODZINSKI, 2017). Existem fatores que podem dificultar o processo de aceitação, como o enfrentamento do estigma que se verifica contra a comunidade trans, a preocupação referente à segurança dos filhos(as) e aos seus lugares na sociedade, além do fato de que muitos pais e mães



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

desconhecem essa realidade (DIERCKX et al., 2015; HILL; MENVIELLE, 2009).

Apesar desses desafios, alguns estudos mostram que os pais continuam apoiar seus filhos no processo de transição, sendo, também, fontes de apoio (EHRENSAFT et al., 2018; GRAY et al., 2015). Nesse processo, é importante a familiarização com os conceitos trans e o acesso a vários tipos de apoio e informação por parte da família para que possam compreender melhor seus filhos (SANSFAÇON et al., 2019).

9) Religião

Não só o contexto familiar influencia no processo de aceitação da transição de gênero, logo, sabe-se que a religião atravessa fortemente este cenário. A maioria das concepções morais criadas acerca do público LGBTQIA+ parece estar atrelada a morais religiosas e/ou heterônomas, assim, o juízo moral predominante é de que tudo que foge da cisgeneridade e heterossexualidade é “incorreto”, haja vista que o ordenamento divino fez a divisão binária de gênero (SILVA; FINKLE; MORETTI-PIRES, 2019).

Dessa forma, assim como expresso nas falas dos participantes da pesquisa, vê-se o conflito interno entre ser uma pessoa trans e a ideia de se estar fazendo algo considerado “errado” perante a igreja, pois grande parte das instituições religiosas pregam que as pessoas LGBTQIA+ estão confusas, sofrendo e passando por muitas lutas, necessitando de “cura” ou “expulsão do sentimento de transexualismo” (QUINTELA, 2020). Determinada realidade provoca sofrimento e o sentimento de não pertencimento, ou como dito por Zerbinati e Bruns (2018), impede de ser “alguém em algum lugar”.

10) Mercado de trabalho

Assim como exposto em relação às dificuldades enfrentadas pelas pessoas trans no acesso ao ensino, sobretudo ao superior, vê-se a consequência disso refletida nos obstáculos encontrados por esse público na inserção no mercado de trabalho formal. Essa parcela da população sofre com a marginalização e recebem quase que nulas oportunidades de emprego (PERES, 2009), como citado pelos próprios interlocutores.

Ademais, restringir as categorias profissionais como supostamente apropriadas para transexuais e travestis, como também foi mencionado por um os entrevistados, provoca ainda mais o sentimento de marginalização nessas pessoas, definindo que os locais onde podem trabalhar não são os que elas escolhem, mas, sim os padrões dominantes,



o que restringe a sua área de atuação profissional aos locais em que são menos rejeitadas (SILVA; LUPPI; VERAS, 2020), a exemplo do mercado da moda e da beleza entre os formais e o tráfico de drogas e a prostituição dentre os informais (CASTRO; SILVA, 2021).

Nota-se, também, que a aparência representa uma das dificuldades das pessoas trans em exercer suas profissões, pois relatam a necessidade que sentem em parecer fisicamente com uma pessoa cisgênero com que se identificam, ou seja, apresentar maior passabilidade, percebendo que muitas áreas de trabalho são relacionadas com a apresentação da imagem, uma questão diretamente ligada à expressão de gênero (FERREIRA; SOUSA; BRITO, 2022).

11) Relacionamentos afetivos

Assim como a família, os relacionamentos afetivos-sexuais podem ser provedores de sentimentos como segurança e conforto para o público trans. No entanto, diante do que já foi citado em relação a todos os percalços, preconceitos e discriminações experienciadas, a desesperança em relacionamentos é algo relatado pela maior parcela deste público, sobretudo pelas decepções vividas na relutância dos parceiros em assumir um relacionamento frente à sociedade, reafirmando estigmas associados a figura trans (SILVA, 2018).

Essa situação promove inseguranças ao público referido, quando se trata de relacionamentos amorosos, o que pode ser visto na fala de uma das entrevistadas “*Meu Deus, eu não vou conseguir fazer isso pelo simples fato de ser trans*”. De fato, em muitos estudos, o que se mais observa é a dificuldade enfrentada por estes em seus relacionamentos; seja porque o parceiro não consegue lidar com a transição ou porque muitos não querem assumir um relacionamento sério, como é percebido no relato de mulheres trans que são erotizadas por homens cisgêneros que as procuram somente para realizar o ato sexual (SILVESTRE; TABORDA; LIMA, 2021).

Considerações Finais

Este estudo não teve por objetivo buscar verdades absolutas acerca da construção identitária transexual, mas suscitar discussões sobre os aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição desse sujeito, pretendendo analisar e promover conhecimento sobre a temática,



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

respeitando a singularidade de cada sujeito e, conseqüentemente, não generalizando tais experiências de vida.

Como pode ser percebido mediante os relatos, viver e relacionar-se fora das normas culturalmente atribuídas aos gêneros e à sexualidade envolve uma série de riscos, uma vez que nessa condição, muitos sujeitos se tornam alvo de exclusão, tentativas recorrentes de invisibilização ou mesmo eliminação de espaços públicos. Dado o exposto, faz-se necessário discutir acerca das conseqüências da imposição do gênero binário e da heteronormatividade na vida das pessoas trans, os quais estabelecem a heterossexualidade e identificação com o gênero de nascença como norma social. Como mencionado pelos participantes dessa pesquisa, existe ainda uma patologização do ser transgênero e o despreparo da sociedade em vários âmbitos em receber, respeitar e compreender esta população.

Referências

- ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: repensando atores e oportunidades políticas. *Lua Nova*, São Paulo, n. 105, p. 15-46, 2018.
- AMARAL, Daniela Murta. *Os desafios da despatologização da transexualidade: Reflexões sobre a assistência a transexuais no Brasil*. 2011. 107 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- ANDERSON, Gary L.; HERR, Kathryn G. (ed.). *Toussaint L'Ouverture (1743-1803)*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2007. 1832 p.
- ARÁN, Márcia; MURTA, Daniela. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009.
- ARMESTO, Jorge C.; WEISMAN, Amy G.. Attributions and Emotional Reactions to the Identity Disclosure (“coming-out”) of a homosexual child. *Family Process*, [S.L.], v. 40, n. 2, p. 145-161, 2001.
- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.



BENTO, B. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Editora Devires, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. *PDC 395/2016, de 18 de mai. de 2016*. Susta o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2085024>. Acesso em 19 jul. 2023.

CASTRO, Desirée Tavares de. SILVA, Wallace Marcelino da. A inclusão e exclusão de transgêneros, transexuais e travestis no mercado de trabalho atual do Brasil. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, v. 5, n. 5, p. 119-139, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução nº 01, de 29 de janeiro de 2018*. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travesties.

COOLHART, Deborah; RITENOUR, Kayla; GRODZINSKI, Anna. Experiences of Ambiguous Loss for Parents of Transgender Male Youth: a phenomenological exploration. *Contemporary Family Therapy*, [S.L.], v. 40, n. 1, p. 28-41, 2017.

COSTA, Leticia Graziela. *A rede de apoio social de jovens em situação de vulnerabilidade social e o uso de drogas*. 2009. 93 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

DIERCKX, Myrte; MOTMANS, Joz; MORTELMANS, Dimitri; T'SJOEN, Guy. Families in transition: a literature review. *International Review Of Psychiatry*, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 36-43, 2015.



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

DUQUE, Tiago. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. *História Revista*, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 32-50, 2020.

EHRENSAFT, Diane; GIAMMATTEI, Shawn V; STORCK, Kelly; TISHELMAN, Amy C; AMAND, Colt St. Prepubertal social gender transitions: what we know; what we can learn: a view from a gender affirmative lens. *International Journal Of Transgenderism*, [S.L.], v. 19, n. 2, p. 251-268, 2018.

FERREIRA, Fabrício Fonseca; SOUSA, Thaís Monielly Sousa; BRITO, Worney Ferreira de. Percepção das pessoas Trans acerca do acesso ao mercado de trabalho. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, [S. l.], v. 11, p. 39-46, 2022.

GÓIS, João Bôsko Hora; TEIXEIRA, Kamila Cristina da Silva; MEDEIROS, Ingrid Rangel de. Nome Social para Pessoas Trans: avanços e desafios. *Sociedade em Debate*, [S. l.], v. 26, n. 1, p. 105-121, 2020.

GOMES, Romeu; MURTA, Daniela; FACCHINI, Regina; MENEGHEL, Stela Nazareth. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 23, n. 6, p. 1997-2006, 2018.

GRAY, Sarah A. O.; SWEENEY, Kristen K.; RANDAZZO, Renee; LEVITT, Heidi M.. “Am I Doing the Right Thing?”: pathways to parenting a gender variant child. *Family Process*, [S.L.], v. 55, n. 1, p. 123-138, 2015.

HATJE, Luis Felipe; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. TRANS(FORMAR) O NOME: alguns efeitos do nome social e da alteração do nome civil na vida de sujeitos trans. *Revista Contexto & Educação*, [S.L.], v. 34, n. 108, p. 122-143, 2019.

HILL, Darryl B.; MENVIELLE, Edgardo. “You Have to Give Them a Place Where They Feel Protected and Safe and Loved”: the views of parents who have gender-variant children and adolescents. *Journal Of Lgbt Youth*, [S.L.], v. 6, n. 2-3, p. 243-271, 2009.

LINS, Carolina C.; MESQUITA, Marcos R. A compreensão da política por militantes do movimento trans alagoano. *Psicologia - Teoria e Prática*, [S.L.], v. 22, n. 1, p. 251-269, 2020.



LIONÇO, Tatiana. Que direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde e Sociedade*, [S.L.], v. 17, n. 2, p. 11-21, 2008.

MELLO, Luiz; PERILO, Marcelo; BRAZ, Camilo Albuquerque de; PEDROSA, Cláudio. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 7-28, 2011.

MEYEROWITZ, Joanne. *How Sex Changed: A History of Transsexuality in the United States*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

MORERA, Jaime Alonso Caravaca; PADILHA, Maria Itayra. Social representations of sex and gender among trans people. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S.L.], v. 70, n. 6, p. 1235-1243, 2017.

MULLER, Magnor Ido; KNAUTH, Daniela Riva. Desigualdades no SUS: o caso do atendimento às travestis é 'babado'!. *Cadernos Ebape.Br*, [S.L.], v. 6, n. 2, p. 01-14, 2008.

OLIVEIRA, André Lucas Guerreiro. Micropolíticas de exclusão: as dificuldades no acesso e permanência das pessoas trans na educação. *Sociologias Plurais*, [S.L.], v. 4, n. 3, p. 103-121, 2018.

OLIVEIRA, Augusta da Silveira de. Corpos com história: pensando o movimento travesti e transexual através da trajetória de Marcelly Malta. *Revista de História Bilros*, Fortaleza, v. 5, n. 10, p. 194-212, 2017.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises. Sobre Existências: As Narrativas de Vida de Mulheres Trans e Seus Modos de Resistência. *Revista Diversidade e Educação*, v. 7, n. 2, p. 417-444, 2019.

PALUDO, Simone dos Santos; KOLLER, Silvia Helena. Inserção ecológica no espaço da rua. In KOLLER, Silvia Helena (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 123-154.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

Diniz (Org.). *Diversidade sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 235-263.

PESSOA, Larissa. *Resolução garante direito ao uso do nome social em escolas e concursos*. 2015. Disponível em: <https://www2.jornalcruzeiro.com.br/materia/605830/resolucao-garante-direito-ao-uso-do-nome-social-em-escolas-e-concursos>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Org.). *Diferenças, igualdade*. Campinas: Berlendis, 2009, p. 116-150.

PONTES, Júlia Clara de; SILVA, Cristiane Gonçalves da. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 8, p. 396–417, 2018.

QUINTELA, Hugo Felipe. *Uma Eva diferente: experiências e trajetórias evangélicas de mulheres trans*. 2020. 308 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

ROCON, Pablo Cardozo; RODRIGUES, Alexsandro; ZAMBONI, Jésio; PEDRINI, Mateus Dias. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 21, n. 8, p. 2517-2526, 2016.

SANSFAÇON, Annie Pullen; KIRICHENKO, Valeria; HOLMES, Cindy; FEDER, Stephen; LAWSON, Margaret L.; GHOSH, Shuvo; DUCHARME, Jennifer; NEWHOOK, Julia Temple; SUERICH-GULICK, Frank. Parents' Journeys to Acceptance and Support of Gender-diverse and Trans Children and Youth. *Journal Of Family Issues*, [S.L.], v. 41, n. 8, p. 1214-1236, 2019.

SCOTE, Fausto Delphino; GARCIA, Marcos Roberto Vieira. Transformando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas trans no ensino superior. *Perspectiva*, Santa Catarina, v. 38, n. 2, p. 1-25, 2020.



SILVA, Ana Luísa Remor da; FINKLE, Mirelle; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE TRABALHADORES DA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE SOBRE PESSOAS LGBT. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 422-432, 2019.

SILVA, Bruno de Brito; CERQUEIRA-SANTOS, Elder. Apoio social na autoestima e identidade social de pessoas trans brasileiras. *Psico*, [S.L.], v. 49, n. 4, p. 422-432, 2018.

SILVA, Maria Aparecida da; LUPPI, Carla Gianna; VERAS, Maria Amélia de Sousa Mascena. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de são paulo, brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 5, p. 1723-1734, 2020.

SILVA, Mariana Furtado. *Trajetórias Trans: apoio social e relações afetivo-sexuais de transexuais*. 2018. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia em Saúde e Desenvolvimento, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2018.

SILVESTRE, Ana Paula Moreto; TABORDA, Jeferson Camargo; LIMA, Dara Suelen Pereira. (Trans)cendendo os gêneros: um estudo sobre os relacionamentos com pessoas trans. *Revista Psicologia e Transdisciplinaridade*, Paranaíba, v. 1, n. 1, p. 20–38, 2021.

SOARES, Milene; FEIJÓ, Marianne Ramos; VALÉRIO, Nelson Iguimar; SIQUIERI, Carmem Lúcia dos Santos Maia; PINTO, Maria Jaqueline Coelho. O apoio da rede social a transexuais femininas. *Paidéia*, Ribeirão Preto, v. 21, n. 48, p. 83-92, 2011.

TAIWO, Olúfémi O. *Identitarismo e captura pela elite*. 2021. Disponível em: <https://passapalavra.info/2021/08/139564/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

VIEIRA, Andressa Brito. MOVIMENTOS SOCIAIS E MÍDIA: uma complexa relação no processo de formulação da agenda. *Tempo da Ciência*, Toledo, v. 22, n. 43, p. 29-41, 2015.

ZERBINATI, João Paulo, BRUNS, Maria Alves de Toledo. *Transidentidade: da ruptura patologizante ao matiz da criatividade*. Curitiba: CRV, 2018.



Social and cultural aspects involved in the identity transition process of the trans population

Abstract. The separation between sex and gender, materialized by the notion of gender identity, was crucial to establish the needs of trans people. However, the influence of the cisnormative matrix can still be seen. Based on this premise, this study, as a qualitative research, aimed to deepen the knowledge and understanding of individual and, above all, social aspects, linked to the process of identity transition of this public, for this, an exploratory and descriptive research was carried out. Fourteen transgender people living in the city of Mossoró/RN were interviewed. Four categories of analysis were found: The fortifications of history and support, and lost basic rights, religion and affective relationships. Thus, the consequences of the imposition of heteronormativity and gender binarism in the lives of transgender people were discussed.

KEYWORDS: Gender binarism. Cisnormativity. Gender identity. Transgender. Transsexual.

Bianka Andressa de Oliveira MEDEIROS

Psicóloga. Especialista em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade na modalidade de Residência Multiprofissional pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Dafne Ferreira CAVALCANTE

Acadêmica de Medicina pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Alvaro Micael Duarte FONSECA

Psicólogo. Mestrando em Saúde e Sociedade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN).

Rafaella Cristina Tavares BELO

Enfermeira. Acadêmica de Medicina pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

José Antonio da SILVA JUNIOR



Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição identitária da população trans

171

Enfermeiro. Bolsista Mestrando em Saúde e Sociedade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Atenção Básica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Ellany Gurgel Cosme do NASCIMENTO

nfermeira. Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente Adjunta IV do Curso de Graduação em Medicina da UERN e Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Sociedade.

Recebido em: 24/07/2022

Aprovado em: 18/08/2023